

RE nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.670.861 - SP (2017/0107852-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : G F DOS S
ADVOGADO : ANDRÉIA ANDRADE SENNA PATRICIO - SP219791
RECORRIDO : PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO VIGNA E OUTRO(S) - SP173477
ANDRE BASTOS SILVA JUNIOR - DF053192
FLAVIA DE ALMEIDA BEZZI - SP311467
ALINE SOUZA NOVAIS - SP415239

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO
CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO
EXAURIMENTO DE INSTÂNCIA. INCIDÊNCIA DA
SÚMULA 281/STF. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por G. F. dos S., com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra decisão monocrática proferida pela Ministra Nancy Andrighi, assim ementada (fl. 361):

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONTRATO COLETIVO DE PLANO DE SAÚDE. RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE FORMA IMOTIVADA. POSSIBILIDADE.

1. Nos contratos de plano de saúde coletivos, é possível a rescisão unilateral do contrato de forma imotivada, após a vigência do período de 12 meses e mediante prévia notificação da outra parte. Precedentes.

2. Recurso especial conhecido e provido.

Os embargos de declaração opostos na sequência foram rejeitados (fl. 383/384).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 389/399), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que foi violado do disposto no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, "que consagra os princípios do contraditório e ampla defesa, na medida em que não restou comprovada a prévia e regular notificação da autora da rescisão unilateral do contrato" (fl. 391).

Apresentadas as contrarrazões às fls. ...

É o relatório.

Extraí-se dos autos que o recurso extraordinário ora em análise foi interposto contra decisão monocrática desta Corte, quando ainda cabível o manejo do agravo interno/regimental para julgamento pelo respectivo colegiado.

Ocorre, porém, que, nos termos do artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal o julgamento, mediante recurso extraordinário, das causas decididas em única ou última instância.

Dessa forma, diante da ausência de exaurimento das vias recursais nesta instância especial, forçoso reconhecer a incidência do Enunciado 281 da Súmula do

Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.

A esse respeito, confirmam-se os seguintes precedentes de ambas as Turmas do Excelso Pretório:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO STJ. ESGOTAMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 281/STF. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Cumpre ao recorrente esgotar todos os recursos ordinários cabíveis nas instâncias ordinárias. No caso, o Recurso Extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, do Superior Tribunal de Justiça, nos autos do RESP 1.334.254/BA, o que atrai o óbice descrito na Súmula 281/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada). 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 1.113.708 AgR, Relator: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-153 DIVULG 31-07-2018 PUBLIC 01-08-2018)

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois ainda era cabível a interposição de agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC). 3. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, pois não houve condenação do agravante em honorários advocatícios. (ARE 1.048.180 AgR, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 30/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-177 DIVULG 10-08-2017 PUBLIC 14-08-2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura
Vice-Presidente